

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Data Entrega: 11/05/2018

Data Referência: 31/03/2018

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil) 31/03/2018

Do Capital Integralizado

Ordinárias 1.303.481.227

Preferenciais 1.303.481.227

Total 2.606.962.454

Em Tesouraria

Ordinárias 0

Preferenciais 0

Total 0

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2018	31/12/2017
1	Ativo Total	2.249.124	2.285.996
1.01	Ativo Circulante	39.473	67.060
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.013	41.531
1.01.03	Contas a Receber	23.524	18.631
1.01.04	Estoques	1.968	2.064
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.354	3.153
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.614	1.681
1.01.08.03	Outros	2.614	1.681
1.02	Ativo Não Circulante	2.209.651	2.218.936
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.166	22.802
1.02.01.03	Contas a Receber	17.661	17.412
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.661	17.412
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.971	4.861
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.971	4.861
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	525	520
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	525	520
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1.02.03	Imobilizado	5.956	6.640
1.02.04	Intangível	2.179.529	2.189.494
1.01.08.03.01	Adiantamentos Diversos	2.614	1.677
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	0	4

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2018	31/12/2017
2	Passivo Total	2.249.124	2.285.996
2.01	Passivo Circulante	220.699	224.482
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.567	8.596
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.567	8.596
2.01.02	Fornecedores	21.697	28.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.159	3.792
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	154.291	159.038
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	122.606	141.779
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	122.606	141.779
2.01.04.02	Debêntures	31.685	17.259
2.01.05	Outras Obrigações	32.985	24.591
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	21.125	15.585
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	21.125	15.585
2.01.05.02	Outros	11.860	9.006
2.02	Passivo Não Circulante	1.472.871	1.532.096
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.322.086	1.387.709
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	411.505	467.638
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	411.505	467.638
2.02.01.02	Debêntures	910.581	920.071
2.02.02	Outras Obrigações	143	143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143	143
2.02.04	Provisões	107.644	100.703
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.161	6.331
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.805	3.986
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.356	2.345
2.02.04.02	Outras Provisões	100.483	94.372
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	42.998	43.541

2.02.06.02	Receitas a Apropriar	42.998	43.541
2.03	Patrimônio Líquido	555.554	529.418
2.03.01	Capital Social Realizado	1.180.000	1.180.000
2.03.02	Reservas de Capital	255.000	205.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	255.000	205.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-879.446	-855.582
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	451	470
2.01.05.02.05	Outros	2.574	53
2.01.05.02.06	Receita Diferida	8.835	8.483
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	100.483	94.372
2.02.06.02.01	Receita Diferida	0	43.541

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	92.537	87.634
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-65.788	-64.730
3.03	Resultado Bruto	26.749	22.904
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.486	-8.958
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.496	-8.958
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.263	13.946
3.06	Resultado Financeiro	-41.237	-43.497
3.06.01	Receitas Financeiras	1.784	3.266
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.021	-46.763
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-24.974	-29.551
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.110	1.057
3.08.02	Diferido	1.110	1.057
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-23.864	-28.494
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-23.864	-28.494
3.99.01.01	ON	-0,0090	-0,0110
3.99.01.02	PN	-0,0090	-0,0110
3.99.02.01	ON	-0,0090	-0,1100
3.99.02.02	PN	-0,0090	-0,1100
3.01.01	Receita operacional líquida	78.795	73.659
3.01.02	Receita de construção	13.742	13.975
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-52.182	-50.894
3.02.02	Custo de construção	-13.606	-13.836

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-23.864	-28.494
4.03	Resultado Abrangente do Período	-23.864	-28.494

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.887	44.957
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.485	41.624
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-24.974	-29.551
6.01.01.02	Margem bruta de construção	-136	-139
6.01.01.03	Depreciação e amortização	24.546	24.058
6.01.01.05	Provisão para manutenção	6.111	5.530
6.01.01.06	Provisão para riscos	830	43
6.01.01.07	Receita diferida	0	-2.667
6.01.01.08	Variações monetárias,cambiais e encargos	21.598	43.232
6.01.01.09	Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível	67	0
6.01.01.10	Provisão para devedores duvidosos	-835	-92
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.598	3.333
6.01.02.01	Créditos a receber	-4.058	3.125
6.01.02.02	Estoques	96	-353
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-201	947
6.01.02.04	Adiantamentos	-938	-390
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-249	-23
6.01.02.07	Fornecedores	-6.159	-2.197
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	-633	-430
6.01.02.09	Salários e encargos sociais a recolher	-29	1.287
6.01.02.11	Partes relacionadas	5.540	2.390
6.01.02.12	Outros	-1.297	-1.223
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.719	-26.080
6.02.01	Aplicação Financeira	1.716	-17.650
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-139	-17
6.02.03	Aquisição intangível	-14.296	-8.413

6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-43.686	-33.168
6.03.01	Aumento de capital	0	17.500
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	0	24.160
6.03.03	Juros pagos	-59.833	-38.291
6.03.04	Pagamento de empréstimos	-33.853	-58.537
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-33.518	-14.291
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.531	20.881
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.013	6.590
6.01.01.11	Constituição de outorga variável	1.278	1.210
6.01.02.13	Receita diferida	-191	0
6.01.02.14	Outras obrigações e contas a pagar	2.521	200
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	50.000	22.000

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 31/03/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.180.000	205.000	0	-855.582	0	529.418
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.180.000	205.000	0	-855.582	0	529.418
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	50.000	0	0	0	50.000
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	50.000	0	0	0	50.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.864	0	-23.864
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.864	0	-23.864
5.07	Saldos Finais	1.180.000	255.000	0	-879.446	0	555.554

01/01/2017 à 31/03/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.500	0	0	0	0	39.500
5.04.01	Aumentos de Capital	17.500	0	0	0	0	17.500
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	22.000	0	0	0	0	22.000

5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.494	0	-28.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.494	0	-28.494
5.07	Saldos Finais	1.202.000	0	0	-678.170	0	523.830

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	101.046	94.778
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	86.459	80.711
7.01.02	Outras Receitas	10	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	13.742	13.975
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	835	92
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-38.678	-39.897
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-287	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.630	-25.331
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-155	-730
7.02.04	Outros	-13.606	-13.836
7.03	Valor Adicionado Bruto	62.368	54.881
7.04	Retenções	-24.546	-24.058
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.546	-24.058
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	37.822	30.823
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.784	3.266
7.06.02	Receitas Financeiras	1.784	3.266
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	39.606	34.089
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	39.606	34.089
7.08.01	Pessoal	11.291	8.280
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.136	6.294
7.08.01.02	Benefícios	1.882	1.580
7.08.01.03	F.G.T.S.	548	406
7.08.01.04	Outros	2.725	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.071	7.714
7.08.02.01	Federais	3.589	3.458
7.08.02.02	Estaduais	1.384	321

7.08.02.03	Municipais	4.098	3.935
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	43.108	46.589
7.08.03.01	Juros	42.799	46.415
7.08.03.02	Aluguéis	88	62
7.08.03.03	Outras	221	112
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.864	-28.494
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.864	-28.494
7.02.04.01	Custos de construção	-13.606	-13.836

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2018	31/12/2017
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2018	31/12/2017
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 31/03/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

CART APRESENTA 7,0% DE CRESCIMENTO DA RECEITA LÍQUIDA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

EBITDA CRESCE 7,8% COMPARADO AO MESMO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018: Senhores acionistas, a Administração da CART – Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete hoje à apreciação do mercado e de seus acionistas as Informações Trimestrais - ITR - relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018, acompanhado do relatório de revisão trimestral dos auditores independentes.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

A CART

A CART é uma Companhia nacional de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob a categoria B3, com nível 2 de governança corporativa e, sem ações negociáveis no mercado e com debêntures emitidas em dezembro de 2012 (com vencimento em dezembro de 2024), signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, e tem sua cultura, valores e princípios pautados por respeito, ética e transparência em todas as suas relações.

O início da operação deu-se em 2009, após consórcio formado pelas empresas Construtora OAS Ltda. (“Grupo OAS”) e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”) ter sido vencedor da concorrência pública internacional que transferiu à CART a administração do denominado Corredor Raposo Tavares, constituído pelas rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, pelo prazo de 30 anos. Atualmente a CART é controlada em sua totalidade pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (“INVEPAR”).

O trecho sob administração da CART está compreendido entre os municípios de Bauru e Presidente Epitácio, que, em seu eixo principal, possui 444 quilômetros de extensão. Além disso, a CART também realiza a manutenção de estradas vicinais, que corresponde a 389 quilômetros, totalizando 834 quilômetros de rodovias, passando por 34 municípios.

O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	1T18	1T17	▲
VEPs¹	12.205	11.873	2,8%
Veículos Leves	4.135	4.014	3,0%
Veículos Pesados	8.070	7.859	2,7%
Tráfego	6.055	5.880	3,0%
Veículos Leves	4.185	4.063	3,0%
Veículos Pesados	1.762	1.710	3,1%
Veículos Isentos	108	107	0,7%
Tarifa Média (R\$)	6,77	6,55	3,4%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Nos três meses acumulados de 2018, as nove praças de pedágio da CART registraram 12,2 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), frente aos 11,9 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, representando um aumento de 2,8%. O resultado positivo ocorreu, principalmente, em função do crescimento no número de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, que apresentou crescimento de 2,7% no 1T18 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este período reflete a melhora na safra de grãos em relação ao primeiro trimestre de 2017, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento. Já o número de VEPs leves atingiu 4,1 milhões, o que representou um crescimento de 3% em comparação com o período anterior.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CART apresenta suas informações trimestrais referentes ao período terminado em 31 de março de 2018 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados em relação ao primeiro trimestre de 2017 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Receita Bruta	100.201	94.685	5,8%
Receitas com Pedágio	82.589	77.760	6,2%
Receitas Acessórias	3.871	2.950	31,2%
Receita de Construção (IFRS)	13.742	13.975	-1,7%
Receita Bruta Ajustada¹	86.459	80.710	7,1%
Deduções da Receita Bruta	(7.663)	(7.051)	8,7%
Receita Líquida Ajustada¹	78.795	73.659	7,0%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 78,8 milhões no primeiro trimestre de 2018, um crescimento de R\$ 5,1 milhões, ou 7,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento é justificado, principalmente, pela correção tarifária e pelo incremento de 3,0% no tráfego total quando comparado o atual trimestre com o anterior. Considera-se também o acréscimo da receita, acessória (não tarifária), por novo contrato de fibra ótica com empresa do setor de telecomunicações além de reajustes contratuais.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Custos & Despesas Operacionais	(76.275)	(73.688)	3,5%
Pessoal	(12.432)	(9.802)	26,8%
Conservação & Manutenção Operacionais	(8.249)	(6.685)	23,4%
Outorga Variável	(6.995)	(8.270)	-15,4%
Despesas Administrativas	(1.297)	(1.211)	7,1%
Despesas Administrativas	(3.037)	(4.296)	-29,3%
Custo de Construção (IFRS)	(13.606)	(13.836)	-1,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(6.111)	(5.530)	10,5%
Depreciação & Amortização	(24.546)	(24.058)	2,0%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(56.558)	(54.322)	4,1%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados^{1,2}	(32.012)	(30.264)	5,8%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

² Desconsidera os efeitos de depreciação e amortização.

Os Custos & Despesas Operacionais Ajustados somaram R\$ 56,6 milhões no 1T18, frente a R\$ 54,3 milhões do primeiro trimestre de 2017, o que representou um aumento de 4,1%.

Esse aumento está relacionado, principalmente, a manutenções de pavimento e sinalização em trechos já duplicados, que gerou um aumento do custo em conservação e manutenção (23,4%), assim como um aumento do custo com pessoal (26,8%) em razão do projeto de reestruturação do grupo, gerando rateio de despesas. Tais aumentos foram parcialmente compensados por uma queda no custo operacional (-15,4%) e pelo término da implantação dos sistemas terceirizados de TI, além do rateio das despesas administrativas em razão do projeto de reestruturação.

Desconsiderando os efeitos de depreciação e amortização, os custos e despesas operacionais ajustados totalizaram R\$ 32,0 milhões, um incremento de 5,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA & MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
EBIT	16.262	13.946	16,6%
(+) Depreciação & Amortização	24.546	24.058	2,0%
EBITDA¹	40.808	38.004	7,4%
Margem EBITDA¹	44,1%	43,4%	+0,8 p.ps
Ajustes	5.975	5.391	10,8%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(13.742)	(13.975)	1,7%
(+) Custo de Construção (IFRS)	13.606	13.836	-1,7%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	6.111	5.530	10,5%
EBITDA Ajustado²	46.784	43.395	7,8%
Margem EBITDA Ajustado²	59,4%	58,9%	+0,5 p.ps

¹Instrução CVM Nº527/12;

²Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 46,8 milhões no primeiro trimestre de 2018, uma variação positiva de 7,8% em relação ao 1T17, quando o valor atingiu R\$ 43,4 milhões. A margem EBITDA Ajustada atingiu 59,4%, representando um aumento de 0,5 ponto percentual em relação ao valor de 1T17.

Este resultado positivo ocorreu devido ao incremento na receita tarifária com o aumento no tráfego e às correções tarifárias, conforme citado anteriormente, e também o aumento da receita acessória em função da assinatura de novo contrato de aluguel de fibra ótica com empresa de telecomunicações.

RESULTADO FINANCEIRO

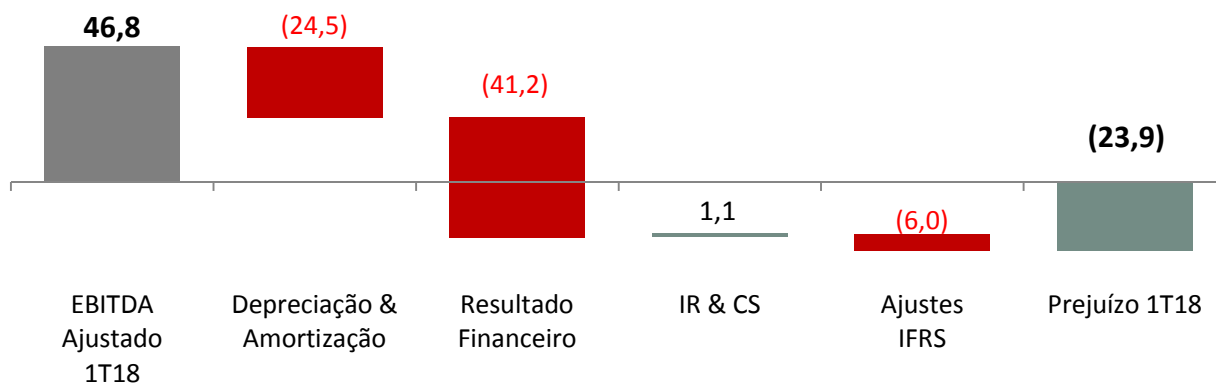
Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Resultado Financeiro	(41.237)	(43.499)	-5,2%
Receitas Financeiras	1.784	3.266	-45,4%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.716	3.147	-45,5%
Outros	68	119	-42,6%
Despesas Financeiras	(43.022)	(46.765)	-8,0%
Juros sobre empréstimos	(14.031)	(16.589)	-15,4%
Juros sobre debêntures	(15.311)	(15.388)	-0,5%
Variação Monetária	(13.458)	(14.561)	-7,6%
Outros	(221)	(227)	-2,4%

No primeiro trimestre de 2018 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 41,2 milhões de despesas líquidas, uma redução de 5,2% em relação ao mesmo período de 2017. Isto ocorreu principalmente devido a redução dos indicadores de correção das dívidas da Companhia

LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(23.864)	(28.494)	-16,2%

O resultado líquido do primeiro trimestre de 2018 melhorou 16,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e totalizou prejuízo de R\$ 23,9 milhões. Conforme pode ser verificado no gráfico abaixo, o resultado operacional foi impactado por efeitos não operacionais, sendo alguns deles não caixa.



DISPONIBILIDADE & ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Dívida Líquida	(1.424.420)	(1.584.409)	-10,1%
Disponibilidades	108.018	113.575	-4,9%
Caixa e equivalentes de caixa	8.013	6.590	21,6%
Aplicações Financeiras ¹	100.005	106.985	-6,5%
Dívida Bruta	1.532.438	1.697.984	-9,7%
Curto Prazo	148.903	174.960	-14,9%
Empréstimos e Financiamentos	122.606	142.283	-13,8%
Debêntures	31.685	37.089	-14,6%
(-) Encargos Financeiros	(5.388)	(4.412)	22,1%
Longo Prazo	1.383.535	1.523.024	-9,2%
Empréstimos e Financiamentos	484.257	597.799	-19,0%
Debêntures	937.834	970.140	-3,3%
(-) Encargos Financeiros	(38.556)	(44.915)	-14,2%
Dívida Líquida Ajustada²	(1.468.364)	(1.633.736)	-10,1%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

² Div Líquida Ajustada - desconsidera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros

Nos três primeiros meses de 2018 a Companhia apresentou uma Dívida Líquida de R\$ 1,4 bilhão, representando uma diminuição de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução ocorreu em função do fluxo normal de amortização da dívida da Companhia.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	1T18	1T17	▲
Investimento Total	11.862	8.117	46,1%
Imobilizado	155	17	811,8%
Intangível	13.809	13.988	-1,3%
Software e Outros	-	13	-100,0%
Direito de Concessão (Investimento)	13.809	13.975	-1,2%
(-) Transação Não Caixa	(1.966)	(5.749)	-65,8%
(-) Margem de Construção	(136)	(139)	-2,1%

Nos três primeiros meses de 2018 foram investidos R\$ 11,9 milhões, destinados principalmente à execução de melhorias viárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

Relatório de Revisão do Auditor
Independente acompanhado das
Informações Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2018

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido pelo Edital nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381, no entroncamento com a SP-327, Km 32, Ourinhos; final do trecho no Km 654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a

operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 duas novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Em 31 de março de 2018, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$181.226 (R\$157.422 em 31 de dezembro de 2017), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$154.291.

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento gradual do equilíbrio do seu capital circulante líquido. Caso a geração de caixa operacional não seja suficiente, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.b) Diligência em Acionista e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

No dia 5 de setembro de 2016, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR (Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.), no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 10 de maio de 2018, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standands Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2018.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	1.584	5.041
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário CDB	4.434	36.490
Fundo Mover		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	35	-
Letras financeiras do tesouro	1.705	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	255	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.013</u>	<u>41.531</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de março de 2018 as aplicações ficaram indexadas a uma taxa média de 96,52% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 85% em 31 de dezembro de 2017).

Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da VIA040, INVEPAR, CLN, METRORIO, METROBARRA, CART e LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99,11% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	31/03/2018	31/12/2017
AVI (a)	18.785	17.482
Vale pedágio	1.136	868
Locação de fibra óptica	3.533	303
Outros	70	813
Subtotal	23.524	19.466
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	-	(835)
Total	23.524	18.631

- (a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 24 dias.
- (b) Desde 01 de janeiro de 2018, a Companhia não registra Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”), sendo registrado perda definitiva após decorridos 90 dias do reconhecimento do crédito. Em 31 de dezembro de 2017, eram consideradas no registro da PECLD valores vencidos e não recebidos há mais de 30 dias.

Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	(835)	(1.608)
Adições	-	(1.764)
Reversões	835	2.537
Saldo no fim do período	-	(835)

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
31 de março de 2018	23.524	-	21	23.499	-	4	-	-	-	-
31 de dezembro de 2017	18.631	(835)	17.858	796	31	158	-	154	149	320

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/03/2018	31/12/2017
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	136	3.153
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	3.218	-
Total circulante	3.354	3.153

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	58.807	58.807
Base negativa	21.171	21.171
Amortização de direito de concessão (*)	(48.681)	(49.260)
Custo de captação (*)	(14.942)	(15.395)
Margem de Construção (*)	(8.867)	(8.973)
Margem de construção (Lei 12.973)	(1.517)	(1.489)
Total	5.971	4.861
Impostos diferidos – Ativo	79.978	79.978
Impostos diferidos – Passivo	(74.007)	(75.117)

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$290.458 (R\$283.081 saldo em 31 de dezembro de 2017).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/03/2018</u>
2020	636
2022	4.335
2023 a 2025	18.881
2026 a 2027	56.126
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>79.978</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(74.007)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>5.971</u>

c) Tributos a recolher

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS e COFINS	1.199	1.240
ISS	1.636	1.951
IRRF e CSRF	206	364
INSS sobre terceiros	118	237
Total circulante	<u>3.159</u>	<u>3.792</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(24.974)	(29.551)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>8.491</u>	<u>10.047</u>
Adições permanentes	(6)	(334)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(7.378)	(8.656)
Outros	3	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado	<u>1.110</u>	<u>1.057</u>

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

31/03/2018							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	4	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-
GRU - AIRPOT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	521	-	-	-
INVEPAR (*)	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	-	21.125	-	(76)
Total			-	525	21.125	143	(76)

31/12/2017							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado mar/17
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	4	-	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-
GRU - AIRPOT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	520	-	-	-
INVEPAR (*)	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	-	15.585	-	(2.390)
			4	520	15.585	143	(2.390)

(*)Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração da Administração

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.348.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Composição	31/03/2018	31/03/2017
Pró-labore	204	377
Bônus variáveis	-	-
Encargos	41	75
Outros benefícios	16	67
Total	261	519

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	31/03/2018
Custo					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	10	6.176	17	-	6.193
Móveis e utensílios	10	3.919	-	-	3.919
Veículos	5	3.586	-	-	3.586
Equipamentos de informática	5	39.356	138	-	39.494
Ferramentas e aparelhos	5	327	-	-	327
Outros		-	-	-	-
		53.528	155	-	53.683
Depreciação acumulada					
Instalações		(38)	(2)	-	(40)
Máquinas e equipamentos		(5.178)	(100)	-	(5.278)
Móveis e utensílios		(3.550)	(61)	-	(3.611)
Veículos		(2.648)	(149)	-	(2.797)
Equipamentos de informática		(35.161)	(525)	-	(35.686)
Ferramentas e aparelhos		(313)	(2)	-	(315)
Outros		-	-	-	-
		(46.888)	(839)	-	(47.727)
Imobilizado líquido		6.640	(684)	-	5.956

	Vida útil em anos	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	10	6.075	101	-	6.176
Móveis e utensílios	10	3.836	139	(56)	3.919
Veículos	5	3.580	128	(122)	3.586
Equipamentos de informática	5	38.626	731	(1)	39.356
Ferramentas e aparelhos	5	320	7	-	327
		52.601	1.106	(179)	53.528
Depreciação acumulada					
Instalações		(32)	(6)	-	(38)
Máquinas e equipamentos		(4.722)	(456)	-	(5.178)
Móveis e utensílios		(3.257)	(349)	56	(3.550)
Veículos		(2.094)	(641)	87	(2.648)
Equipamentos de informática		(32.919)	(2.242)	-	(35.161)
Ferramentas e aparelhos		(295)	(18)	-	(313)
		(43.319)	(3.712)	143	(46.888)
Imobilizado líquido		9.282	(2.606)	(36)	6.640

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2018.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	31/03/2018
Custo					
Software	5	10.713	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.093.591	13.809	(67)	2.107.333
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		2.738.324	13.809	(67)	2.752.066
Amortização					
Software		(8.705)	(196)	-	(8.901)
Marcas e patentes		(13)	(1)	-	(14)
Direito de concessão		(354.879)	(18.227)	-	(373.106)
Outorga fixa		(185.233)	(5.283)	-	(190.516)
Amortização acumulada		(548.830)	(23.707)	-	(572.537)
Intangível líquido		2.189.494	(9.898)	(67)	2.179.529

	Vida útil em anos	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo					
Software	5	10.397	316	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.900.803	194.214	(1.426)	2.093.591
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		<u>2.545.220</u>	<u>194.530</u>	<u>(1.426)</u>	<u>2.738.324</u>
Amortização					
Software		(7.663)	(1.042)	-	(8.705)
Marcas e patentes		(11)	(2)	-	(13)
Direito de concessão		(283.869)	(71.195)	185	(354.879)
Outorga fixa		(164.100)	(21.133)	-	(185.233)
Amortização acumulada		<u>(455.643)</u>	<u>(93.372)</u>	<u>185</u>	<u>(548.830)</u>
Intangível líquido		<u>2.089.577</u>	<u>101.158</u>	<u>(1.241)</u>	<u>2.189.494</u>

* Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2018.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2017	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/03/2018
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	81.604	-	(20.084)	(7.439)	7.369	643	19.580	81.673
Sênior - BNDES - IPCA	59.956	-	(39.749)	(26.167)	6.629	3.042	37.222	40.933
Conta garantida - Bradesco	219	-	-	(247)	28	-	-	-
Total	<u>141.779</u>	<u>-</u>	<u>(59.833)</u>	<u>(33.853)</u>	<u>14.026</u>	<u>3.685</u>	<u>56.802</u>	<u>122.606</u>
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	291.480	-	-	-	-	-	(19.580)	271.900
Sênior - BNDES - IPCA	249.579	-	-	-	-	-	(37.222)	212.357
Total	<u>541.059</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(56.802)</u>	<u>484.257</u>
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(73.421)							(72.752)
Dívida líquida	<u>609.417</u>							<u>534.111</u>

	31/12/2016	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2017
			Principal	Juros				
Passivo circulante								-
Sênior - BNDES - TJLP	80.409	-	(79.871)	(34.102)	33.822	4.433	76.913	81.604
Sênior - BNDES - IPCA	59.433	-	(38.650)	(28.924)	26.322	8.801	32.974	59.956
Conta garantida - Bradesco	381	40.098	(40.098)	(1.297)	1.135	-	-	219
Total	140.223	40.098	(158.619)	(64.323)	61.279	13.234	109.887	141.779
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	368.386	-	-	-	-	7	(76.913)	291.480
Sênior - BNDES - IPCA	282.553	-	-	-	-	-	(32.974)	249.579
Total	650.939	-	-	-	-	7	(109.887)	541.059
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(79.133)							(73.421)
Dívida líquida	712.029							609.417

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 31 de março de 2018. As aplicações financeiras no montante de R\$72.752 em 31 de março de 2018 (R\$73.421 em 31 de dezembro de 2017) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com BNDES	96,52%	CDI	Abr/19 a Nov/19	72.752	73.421

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 96,52% do CDI (em 31 de dezembro de 2017, a taxa média de 92,5% do CDI).

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2018</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	127.177
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	104.371
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	122.026
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	66.085
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	187.204
Subtotal				606.863
Aplicações financeiras vinculadas				(72.752)
Empréstimos e financiamentos líquidos				534.111
Parcelas do circulante				122.606
Parcelas do não circulante				411.505

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2017</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	137.530
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	109.395
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	126.158
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	83.948
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>225.588</u>
Subtotal				<u>682.619</u>
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(73.421)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>609.198</u>
Parcelas do circulante				141.779
Parcelas do não circulante				467.638

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de março de 2018 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2017), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL),

variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

(2) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

10 .DEBÊNTURES

	31/12/2017	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/03/2018
			Principal	Juros				
Passivo circulante								-
Debêntures	22.408	-	-	-	14.041	624		37.073
Custos a amortizar	(5.149)	1.270	-	-			(1.509)	(5.388)
Total	17.259	1.270	-	-	14.041	624	(1.509)	31.685
Passivo não circulante								
Debêntures	967.243	-	-	-	-	9.149		976.392
Custos a amortizar	(40.067)	-	-	-	-		1.509	(38.558)
Total	927.176	-	-	-	-	9.149	1.509	937.834
Total geral	944.435	1.270	-	-	14.041	9.773	-	969.519
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.105)							(27.253)
Dívida líquida	937.330							942.266

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/03/2018
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	513.320
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	500.145
(-) Custos de transação - Debêntures				(43.946)
Subtotal				969.519
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(27.253)
Debêntures líquidas				942.266
Parcelas do circulante				31.685
Parcelas do não circulante				910.581

	31/12/2016	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Transferências	31/12/2017
			Principal	Juros			
Passivo circulante							-
Debêntures	22.708	-	(20.543)	(59.380)	58.946	20.207	22.408
Custos a amortizar	(4.168)	5.313	-	-	-	(6.294)	(5.149)
Total	18.540	5.313	(20.543)	(59.380)	58.946	13.913	17.259
Passivo não circulante							
Debêntures	960.773	-	-	-	-	(20.207)	967.243
Custos a amortizar	(46.361)	-	-	-	-	6.294	(40.067)
Total	914.412	-	-	-	-	(13.913)	927.176
Total geral	932.952	5.313	(20.543)	(59.380)	58.946	-	944.435
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(6.896)						(7.105)
Dívida líquida	926.056						937.330

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2017
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	501.400
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	488.251
(-) Custos de transação - Debêntures				(45.216)
Subtotal				944.435
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(7.105)
Debêntures líquidas				937.330
Parcelas do circulante				17.259
Parcelas do não circulante				927.176

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$27.253 em 31 de março de 2018 (R\$7.105 em 31 de dezembro de 2017) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 96,52% do CDI (em 31 de dezembro de 2017, a taxa de 90% do CDI).

	Taxa	Indexador	Vencimentos	31/03/2018	31/12/2017
(**) Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado Compromissadas com Debêntures	96,52%	CDI	Nov/19 a Abr/20	27.253	7.105

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 31 de março de 2018:

Exercícios	Valor
2019	21.378
2020	54.352
2021	132.654
2022 a 2024	768.008
	<u>976.392</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2018 é de R\$43.946 (R\$45.216 em 31 de dezembro de 2017).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2018	3.879
2019	6.118
2020	7.221
2021	8.067
2022 a 2024	18.661
	<u>43.946</u>

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

(1) O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

(2) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

11. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

(a) Composição do risco

Natureza do risco	31/03/2018		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	4.805	15.883	20.688
Cíveis	2.356	30.233	32.589
Total	7.161	46.116	53.277

Natureza do risco	31/12/2017		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	3.986	15.215	19.201
Cíveis	2.345	29.413	31.758
Total	6.331	44.628	50.959

(b) Movimentação dos riscos prováveis

Natureza do risco	31/12/2017	Constituição	Reversões/ pagamentos	31/03/2018
Trabalhistas	3.986	1.554	(735)	4.805
Cíveis	2.345	88	(77)	2.356
Total	6.331	1.642	(812)	7.161

Natureza do risco	31/12/2016	Constituição	Reversões/ pagamentos	31/12/2017
Trabalhistas	2.404	1.799	(217)	3.986
Cíveis	2.215	2.785	(2.655)	2.345
Total	4.619	4.584	(2.872)	6.331

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$4.805 em 31 de março de 2018 (R\$3.986 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado R\$15.883 em 31 de março de 2018 (R\$15.215 em 31 de dezembro de 2017).

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.356 em 31 de março de 2018 (R\$2.345 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia também possui ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$30.233 em 31 de março de 2018 (R\$29.413 em 31 de dezembro de 2017), detalhamos abaixo as principais causas:

- a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da

CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Foi realizada perícia judicial. Em 04 de julho de 2017 foi apresentado o laudo pericial para manifestação da CART, que apresentou sua manifestação em 04 de agosto de 2017.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de março de 2018 é de R\$ 11.499.

- b) Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água de Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3, bem como especificar provas pelas partes.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de março de 2018, é de R\$ 2.322.

- c) Em 25 de outubro de 2016, o Ministério Público Estadual (GAEMA) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2012 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna. A CART foi citada em 19 de julho de 2017 e apresentou defesa em 30 de agosto de 2017. Em 17 de outubro de 2017, houve juntada da réplica pelo Ministério Público Estadual.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de março de 2018 é de R\$ 2.450.

d) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial e parte relacionada), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350.000. Tanto a CART quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o corpo de árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A. firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral. Até a data de autorização destas demonstrações contábeis não foram apresentadas as alegações iniciais pela requerente (OAS) e, portanto, a administração da CART avalia que somente com as evidências apresentadas durante o curso do processo arbitral seus advogados terão condições de fazer uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da Requerente, pois, nesse momento, não há elementos suficientes para essa avaliação.

(c) Depósitos Judiciais

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado(estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados à garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

12. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Infraestrutura de telecomunicação	51.644	51.703
Outros	189	321
Total	<u>51.833</u>	<u>52.024</u>
Circulante	8.835	8.483
Não circulante	42.998	43.541

13. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>31/03/2018</u>
Não circulante	94.372	6.111	100.483
Total	<u>94.372</u>	<u>6.111</u>	<u>100.483</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2017</u>
Não circulante	76.641	17.731	94.372
Total	<u>76.641</u>	<u>17.731</u>	<u>94.372</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.180.000, representados por 2.606.962.454 ações, sendo 1.303.481.227 ações preferenciais e 1.303.481.227 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
INVEPAR	<u>255.000</u>	<u>205.000</u>
	255.000	205.000

O adiantamento para futuro aumento de capital foi autorizado pela Administração da INVEPAR em 22 de fevereiro de 2017.

Em 14 de março de 2017 e 2018 foi autorizado o adiantamento para futuro aumento de capital social nos valores de R\$22.000 e R\$50.000, respectivamente.

15. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de março de 2018 e 2017 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receita de pedágio	82.589	77.760
Receitas acessórias	3.800	2.950
Outras receitas	70	-
Impostos, deduções e cancelamentos	<u>(7.664)</u>	<u>(7.051)</u>
Receita de serviços	78.795	73.659
Receita de construção	13.742	13.975
Receita total	<u>92.537</u>	<u>87.634</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	(12.432)	(9.802)
Conservação e manutenção	(8.249)	(6.685)
Despesas administrativas	(3.052)	(4.346)
Operacionais	(6.995)	(8.270)
Outorga variável	(1.297)	(1.211)
Custo de construção	(13.606)	(13.836)
Provisão de manutenção	(6.111)	(5.530)
Depreciação e amortização	(24.546)	(24.058)
Perda no recebimento de crédito e riscos	4	50
Outras receitas (despesas) operacionais	10	-
	<u>(76.274)</u>	<u>(73.688)</u>
Custo de serviços prestados	(52.182)	(50.894)
Custo de construção	(13.606)	(13.836)
Despesas gerais e administrativas	(10.496)	(8.958)
Outras receitas (despesas) operacionais	10	-
	<u>(76.274)</u>	<u>(73.688)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	1.716	3.147
Outros	68	119
Total receitas financeiras	<u>1.784</u>	<u>3.266</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.031)	(16.589)
Variação monetária passiva	(13.458)	(14.560)
Juros sobre debêntures	(15.311)	(15.387)
Outros	(221)	(227)
Total despesas financeiras	<u>(43.021)</u>	<u>(46.763)</u>
Total resultado financeiro	<u>(41.237)</u>	<u>(43.497)</u>

17. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2018			31/03/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(11.932)	(11.932)	(23.864)	(14.247)	(14.247)	(28.494)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	1.303.481	1.303.481	2.606.962	1.289.079	1.289.079	2.578.159
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,009)	(0,009)		(0,011)	(0,011)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

18. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e

- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de março de 2018 é de R\$451 (R\$470 em 31 de dezembro de 2017).

Durante o período findo em 31 de março de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$1.297 (R\$5.480 em 31 de dezembro de 2017) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$43.175. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$139.534. Vigência de 12 meses.

19. SEGUROS

Em 31 de março de 2018, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	R\$ 26.227	16/03/2018	16/03/2019	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R\$ 134.688	16/03/2018	16/03/2019	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 100.000	01/08/2017	01/08/2018	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 280.000	01/08/2017	01/08/2018	Tokio Marine	(d)
D&O	R\$ 100.000	20/03/2017	20/03/2019	XL Seguros	-
Frota CART	110 % FIPE	24/08/2017	24/08/2018	Sompo Seguros S/A	-
Frota PMRV	110 % FIPE	24/08/2017	24/08/2018	Sompo Seguros S/A	-

- Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos

valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

Instrumentos financeiros	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8.013	-	41.531	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Contas a receber	-	23.524	-	18.631
Partes relacionadas	-	525	-	524
Total do ativo	8.013	24.049	41.531	19.155
Passivos				
Fornecedores	-	21.697	-	28.465
Partes relacionadas	-	21.268	-	15.728
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	-	1.576.382	-	1.627.274
Aplicações financeiras vinculadas (**)	-	(100.005)	-	(80.526)
Obrigações com poderes concedentes	-	451	-	470
Obrigações com empregados e administradores	-	8.567	-	8.596
Total do passivo	-	1.528.360	-	1.600.007

(*) Líquido do custo a amortizar

(**) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (Vide Notas explicativas 9 e 10).

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de março de 2018 tinham o valor de R\$942.790 (R\$906.012 em 31 de dezembro de 2017).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresenta valores a receber de R\$23.524 sendo que os valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, representam 65% deste, ou seja, R\$15.399, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”), registrados na rubrica “Contas a receber” (R\$19.466 em 31 de dezembro de 2017, sendo 84,15% com a CGMP, ou seja, R\$16.380). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

d) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

O Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures

31 de março de 2018	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	159.679	1.416.434	44.215	1.620.328
Fornecedores	21.697	-	-	21.697
Concessão de serviço público	451	-	-	451

31 de dezembro de 2017	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	158.819	523.234	988.462	1.670.515
Fornecedores	28.465	-	-	28.465
Concessão de serviço público	470	-	-	470

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	6,37%	4,78%	3,19%
DI Ativo (% ao ano)	6,37%	4,78%	3,19%
TJLP (% ao ano)	6,73%	8,41%	10,09%
IPCA Ativo (% ao ano)	3,58%	2,69%	1,79%
IPCA Passivo (% ao ano)	3,58%	4,48%	5,37%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de março de 2018, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

f.1) Ativo financeiro

Operação	Risco/indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Equivalente de caixa	DI	4.434	282	212	141
		4.434	282	212	141
Fundo Mover					
Certificados de Depósito Bancário CDB	DI	35	2	2	1
Letras financeiras do tesouro	SELIC	1.705	109	81	54
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	IPCA	255	9	7	5
		1.995	120	90	60

f.2) Passivo financeiro

Operação	Risco/indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
BNDES	TJLP	353.574	23.782	29.728	35.674
BNDES	IPCA	253.289	9.068	11.335	13.602
Debênture	IPCA	1.013.465	36.282	45.353	54.423
Total		1.620.328	69.132	86.415	103.698
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	100.005	6.370	4.778	3.185
Total		1.520.323	62.762	81.638	100.513

(*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP, IPCA e CDI, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI, Selic e IPCA.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.576.382	1.627.273
Caixa e equivalentes de caixa	(8.013)	(41.531)
Aplicações financeiras	(100.005)	(80.526)
Dívida líquida	1.468.364	1.505.216
Patrimônio líquido	(555.554)	529.418
Patrimônio líquido e dívida líquida	912.810	2.034.634

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo financeiros	Ativos	31/03/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa		6.429	-	6.429	-
Total		6.429	-	6.429	-
Empréstimos e financiamentos		534.111	-	534.111	-
Debêntures		942.266	-	942.266	-
Concessão de serviço público		451	-	451	-
Total		1.476.828	-	1.476.828	-

Mensurados a valor justo financeiros	Ativos	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa		5.041	-	5.041	-
Aplicações financeiras		36.490	-	36.490	-
Total		41.531	-	41.531	-
Empréstimos e financiamentos		609.417	-	609.417	-
Debêntures		937.330	-	937.330	-
Concessão de serviço público		470	-	470	-
Total		1.547.217	-	1.547.217	-

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

• *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

21. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/03/2018	31/03/2017
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	1.966	5.749
	1.966	5.749

22. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). Durante o período findo em 31 de março de 2018 a Companhia reconheceu o montante de R\$13.742 (vide Nota explicativa nº 16), como receita de construção, (R\$13.975 em 31 de março de 2017) e como margem de construção de R\$136 (R\$139 em 31 de março de 2017).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura durante o período findo em 31 de março de 2018 é de R\$2.107.333 (R\$1.900.803 em 31 de março de 2017).

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.a às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$ 181.226 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$ 154.291 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfases

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.b às informações contábeis intermediárias, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Procedimento arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 11.d às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Companhia, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Tanto a Companhia quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o Corpo de Árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas. Em 17 de outubro de 2017, a Companhia e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Até o momento, não foram apresentadas as alegações iniciais pela requerente (OAS). Dessa forma, os advogados da Companhia não têm condições de realizar a avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da

Os advogados da Companhia não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, pois, nesse momento, não têm elementos suficientes para essa avaliação. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 S - SP
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Declaração os Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 31 de março de 2018.

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 10 de maio de 2018, referente às informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 31 de março de 2018.
